

RECURSO ESPECIAL Nº 1.783.754 - CE (2018/0320111-4)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **ESTADO DO CEARÁ**
PROCURADOR : **ANDRE LUIZ SIENKIEVICZ MACHADO E OUTRO(S)** -
CE023316
RECORRIDO : **TEREZINHA BRAGA MONTE**
ADVOGADO : **FRANCISCO SANDRO GOMES CHAVES** - CE006096

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. PRESCRIÇÃO. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado do Ceará, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. APELAÇÃO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. TÍTULO EXECUTIVO ILÍQUIDO. CÁLCULOS COMPLEXOS. DEMORA DO APELANTE/EXECUTADO EM FORNECER DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA EXECUÇÃO. APELADA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (§ 3º, ART. 98, CPC). APELAÇÃO NÃO PROVIDA. SENTENÇA MANTIDA.

I. O apelante alega a ocorrência da prescrição, eis que o processo de conhecimento transitou em julgado no dia 30/12/1998 e a ação de execução apenas foi ajuizada em 26/03/2009. Aduz, ainda, que a suspensão da exigibilidade do pagamento da condenação imposta à parte apelada, a título de honorários advocatícios, deve ser afastada.

II. In casu, consta que a exequente protocolou diversas petições, requerendo que o Estado, à época, fornecesse os documentos pertinentes para uma liquidação justa de seu título, com os valores vencimentais que seriam por ela percebidos, caso estivesse enquadrada no Plano de Cargos e Carreiras, tendo em vista tratar-se de cálculos complexos. No entanto, apenas em 2009, após quase 10 (dez) anos do trânsito em Julgado, o Estado apresentou a planilha requerida pela apelada, possibilitando que a autora ajuizasse a Ação de Execução contra a Fazenda Pública no mesmo ano (2009).

III. Consoante o disposto no art. 202, do Código Civil, a interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á, entre outros casos, por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor. Assim, a prescrição, neste caso, manteve-se interrompida desde que o devedor (executado) restou em mora, pois, mesmo após diversas tentativas e até mesmo intimações, não logrou êxito em fornecer os documentos capazes de tornar o título exigível.

IV. Não basta apenas o decurso de tempo para configurar a prescrição, se

não houve a possibilidade do exercício de uma ação para que se pudesse ser postulada.

Para executar qualquer título judicial, necessita-se de liquidez e exigibilidade, não podendo considerar-se apenas o tempo como fator de prescrição. Assim, a data da prescrição deve ser contada a partir do momento em que a parte dispõe dos elementos necessários à prática do ato, que, na situação dos autos, ocorreu em 2009, mesmo ano em que foi ajuizada a execução contra a Fazenda Pública, o que demonstra, portanto, a não ocorrência da prescrição alegada.

V. Quanto aos honorários advocatícios, tem-se que o benefício da gratuidade judiciária foi deferido à recorrida nos autos de conhecimento, o que, apesar de necessária a condenação em verba de sucumbência às partes, em virtude da sucumbência recíproca, a exigibilidade do pagamento por parte da beneficiária da justiça gratuita deve ser suspensa, nos termos do que prescreve o § 3º, do art. 98, do CPC.

VI. Apelo improvido. Sentença mantida.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões de recurso especial, sustenta a parte recorrente violação do art. 1º do Decreto n. 20.910/32, sustentando que o trânsito em julgado da sentença que condenou o recorrido ocorreu em 30/12/1998, de forma que a data limite para a interposição da ação era 30/12/2003. Como essa ocorreu apenas em 26/03/2009, aduz que ocorreu prescrição.

Houve contrarrazões (e-STJ fls. 334/345).

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

A insurgência não merece prosperar.

Isso porque a Corte a quo, ao decidir contrariamente à pretensão recursal, assim fundamentou (e-STJ fls. 307/308):

Pois bem. Antes de adentrarmos no mérito, ressalto que o objetivo do título executivo é possibilitar que a parte vá a juízo requerer que se promova a execução para satisfação do seu crédito. Porém, para que isso aconteça, tal título deve ser certo, líquido e exigível, ou seja, tal prestação obrigacional não poderá ser exigida enquanto pendente alguma situação que, quando consumada, confere ao credor o poder de exigir do devedor que cumpra coercitivamente sua obrigação.

Humberto Theodoro Jr, quando cita Carnelutti, nos diz que “a obrigação será exigível quando não deixa dúvida em torno de sua atualidade”, e para Calamandrei: “há exigibilidade quando o seu pagamento não depende de termo ou condição e nem sujeito a outras limitações”.

Em análise, observo que, às fls. 117, o magistrado a quo, no processo principal, condenou o réu ao pagamento das diferenças salariais decorrentes do enquadramento desde dezembro de 1993, incluindo férias, 13º salário, bem como uma “possível ascensão de classe e referência de seus vencimentos, tudo a ser apurado em liquidação de sentença”. **Assim, em prazo oportuno, a apelada protocolou diversas petições, requerendo que o Estado, à época, fornecesse os documentos pertinentes para uma liquidação justa de seu título**, como uma certidão constando os valores vencimentais, que seriam por ela (exequente) percebidos caso estivesse

enquadrada no PCC, mais precisamente na Classe 5 e Referência 18, desde dezembro de 1993 até a data da sentença.

No entanto, mesmo após as mencionadas tentativas, bem como das várias intimações que o executado recebeu (fls. 129, 137 e 166), a exequente não obteve êxito, prejudicando, assim, seu direito postulatório de execução. Assim, não vislumbro a figura da inércia por parte da credora. Pelo contrário, a mesma, por diversas vezes, tentou realizar várias diligências para a obtenção dos requisitos de exigibilidade, não logrando êxito.

Neste sentido, leciona o grande doutrinador civilista Sílvio Rodrigues que “entre os pressupostos da prescrição, figura a inércia do credor. De modo que, se, pelo contrário, ele se revela solerte e atento na preservação de seu direito, a prescrição não se consuma, pois carece daquele pressuposto fundamental.”

Acerca da fundamentação acima, observo que a parte ficou-se inerte em suas razões recursais, razão pela qual subsiste no *decisum* recorrido fundamento capaz de manter o resultado do julgado. Incide o óbice da Súmula n. 283/STF.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. ACOLHIMENTO. AGRAVO INTERNO. PROVIDO. RESP NÃO CONHECIDO. DECISÃO RECORRIDA ASSENTA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O RECURSO NÃO ABRANGE TODOS ELES. SÚMULA N. 283/STF.

I - Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento ao agravo interno interposto.

II - Segundo o artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e/ou corrigir erro material.

III - De fato como alega a parte embargante, a decisão de fls. 978-984 apresenta erro material, por esta razão acolho os embargos de declaração e passo a analisar o agravo interno interposto por Olinda Franco de Lima. IV - As petições dos recursos especiais são construídas a partir da premissa de que somente a partir da manifestação do Tribunal de Contas aferindo a legalidade do ato administrativo, que concedeu a aposentadoria, é que se iniciará a fluência do prazo decadencial de 5 (cinco) anos previsto no art. 54 da Lei n. 9.784/99.

V - Entretanto, conforme ficou consignado no acórdão recorrido, a situação examinada nestes autos apresenta a peculiaridade de que não se trata de simples revisão do ato de concessão de aposentadoria, e sim de ato anterior, consistente na averbação de tempo de serviço rural para fins de aposentadoria. VI - Observa-se que o Tribunal a quo discorre sobre o tempo de averbação e não revisão, fls. 433, in verbis: "a questão controversa não diz respeito à revisão do ato concessório da jubilação, mas sim de ato pretérito, qual seja o de averbação do tempo de serviço rural exercido com vinculação ao RGPS".

VII - Ademais, a decisão recorrida está em conformidade com a jurisprudência do STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.168.805/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 11/5/2010, DJe 7/6/2010.

VIII - Verifica-se que o fundamento não foi impugnado no recurso especial, o que gera a incidência, por analogia, do enunciado n. 283 da Súmula do STF, segundo o qual: "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles". Nesse sentido, em caso análogo: AgInt no REsp 1.581.956/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 25/10/2016).

IX - Ante o exposto, acolho os embargos de declaração com efeitos modificativos, para dar provimento ao agravo interno para não conhecer dos recursos especiais interpostos pela União e pelo INSS.

(EDcl no AgInt nos EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 1523821/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator